

A contribuição da educação no processo de reorganização do sistema de liderança Kaingang no Paraná.

Keros Gustavo Mileski*

Rosangela Célia Faustino**

RESUMO

A história do contato dos europeus e dos povos indígenas no Brasil é constituída de invasões, disputas por territórios, guerras, resistência e extermínio. Neste processo os povos indígenas Kaingang que habitavam o segundo e terceiro planalto do estado do Paraná sofreram um violento processo de desterritorialização no século XIX, quando começam então a usar novas estratégias de luta para exigir do governo a demarcação de suas terras. Este estudo de fundamentação na teoria materialista histórica pretende pensar sobre o papel da escola, da apropriação da leitura e escrita por estes grupos e das demais relações que a prática escolar engendra entre os grupos indígenas no Paraná. Partimos de uma pesquisa que vem sendo realizada em um território de disputa, a Terra Indígena Boa Vista, localizada no município de Laranjeiras do Sul, sudoeste do estado do Paraná, encontrando-se em processo de demarcação. A situação econômica dos moradores é precária, deve-se a isso o fato de não haver espaço para plantio, a existência de não-índios ainda residentes na Terra. A pequena renda que possuem vêm do artesanato feito de taquara retirada nas terras do entorno, algumas aposentadorias e políticas públicas como o Programa Bolsa Família. A maior parte do grupo que luta pela retomada da Terra é proveniente da Terra Indígena Rio das Cobras, localizada no município vizinho, Nova Laranjeiras. A pesquisa tem mostrado que a organização da liderança neste grupo apresenta marcantes diferenças em relação ao sistema tradicional Kaingang. Composta de um cacique e quatro lideranças (de jovens, mulheres, pais e idosos), esforçam-se em tomar decisões conjuntas, escrever e divulgar um regimento interno que orientará a vida de todos aqueles que querem viver na Terra. Por meio da organização escolar, buscam a revitalização cultural e a formação étnico e política dos jovens e crianças.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; Índios Kaingang; Sistema de Liderança.

** Doutora em Educação, Departamento de Teoria e Prática da Educação, Universidade Estadual de Maringá, Pesquisadora do Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações/UEM. Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A LUTA KAINGANG: O CONTATO, A RESISTÊNCIA AS INVESTIDAS COLONIZADORAS E A LUTA PARA A RETOMADA DE TERRITÓRIOS.

Ao longo dos anos de colonização do território brasileiro as populações indígenas sofreram com a invasão, a desapropriação de suas terras e eliminação de sua população. O contato com os habitantes do interior do território do Paraná, mais precisamente,

Os contatos dos europeus com os antigos habitantes da região da bacia do rio Ivaí ocorreram no início do século XVI, com os primeiros navegantes que aportaram ou passaram pelo litoral paranaense e pelas primeiras expedições portuguesas e espanholas que percorreram o interior do Paraná rumo ao império Inca (MOTA e NOVAK, 2008, p.37).

Durante os 1500, expedições foram feitas ao interior deste território, com os mais diversos objetivos, dentre elas, é importante citar a viagem de Dom Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, que em 1542 parte em direção a Villa de Nossa Senhora de Assunción, com o objetivo de tomar posse e comandar a província espanhola do Prata (MOTA, 2009, p.87). O relato dessa expedição se faz “importante porque descreve, ao longo de sua expedição, a entrada em territórios pertencentes a diferentes grupos Guarani e o desvio, no seu trajeto, dos territórios Kaingang em Guarapuava e Palmas” (MOTA e NOVAK, 2008, p. 39). Fossem para encontrar a origem das peças de ouro encontradas na costa, fossem para fundar vilas e cidades, ou ainda para capturar mão-de-obra, os séculos XVI e XVII, marcam sangrenta conquista desses territórios, nas palavras de Mota e Novak,

[...], a conquista continuou por seus meios tradicionais. Muitas vezes os conquistadores foram derrotados, [...]. A exploração das populações indígenas pelos conquistadores não foi sem obstáculos, como afirmam muitos autores, e a conquista dos seus territórios também não ocorreu de forma pacífica. Em todos os momentos e por várias etnias, a resistência foi renhida e sangrenta. [...] A conquista desses territórios foi feita palmo a palmo com o uso da espada, do arcabuz, da besta, da cruz, de doenças e de acordos. Alianças foram estabelecidas e rompidas e, de ambas as partes, fidelidades foram sacramentadas e traições meticulosamente planejadas (2008, p.41).

Acordos, traições, resistências, evidências estas que contrariam o ideal de vazio demográfico tão propagado por autores que mencionam uma colonização pacífica. Estudos históricos e geográficos evidenciam esta tendência, de considerar um vazio demográfico no território paranaense e foram denunciados nos estudos de Mota (1998, 2009), nos quais, o autor identifica a historicidade do território do Paraná estabelecida sobre o prisma etnocêntrico resultando uma história construída sobre a idéia de terras

devolutas, matas virgens, terrenos vazios esperando apenas por uma colonização realizada pacificamente e sem muitos conflitos.

Apontando registros da mídia dos séculos XIX e XX que relatavam a inexistência de populações indígenas na região do Estado do Paraná, o autor demonstra o caráter ideológico presente nesta prática.

A ideologia corrente alimenta um conceito de natureza externa à sociedade, à espera de ser possuída. Assim o norte e oeste paranaense, da metade do século XIX em diante, com suas florestas, campos, rios, terras roxas, climas amenos, aguardariam a sua internalização no processo de produção da sociedade industrial moderna (MOTA, 2009, p. 20).

Desta forma, os reais interesses da sociedade envolvente, são em suma, a incorporação de tais “recursos inabitados” a exploração por parte do Capital. No que concerne a demarcação do estado do Paraná, o autor evidencia registros que exaltam a qualidade da terra roxa, que muitas vezes era vista como uma espécie de prolongamento do Estado de São Paulo, com claro interesse de explorar no cultivo do café, havendo intensa migração de mineiros, paulistas e nordestinos que vieram a ocupar o norte do estado (MOTA, 2009, p.41). Também a expansão das populações luso-brasileiras para o Oeste Paranaense, é marcada pela orientação ao lucro imediato (Idem, p.45), e justificava-se a expansão e aumento das migrações como sendo necessárias ao bem-estar, imprescindíveis ao capitalismo vigente, lembrado assim que não coube ao lavrador migrar, mas este fora um movimento causado pelo próprio Capital que estava em constante expansão (Ibid., p. 52).

A predominância da concepção de vazio demográfico, por parte da comunidade científica referentes aos solos paranaenses, foi reproduzida em materiais pedagógicos, mais especificamente nos livros didáticos (Ibid., p.55-61), sendo assim, os Kaingang foram por séculos considerados diferenciados da sociedade nacional e suas terras como esquecidas e abandonadas. Assim o ideal de vazio demográfico é a perfeita desculpa para a tomada e colonização deste território.

As matas foram derrubadas; os animais selvagens abatidos pelos caçadores; os insetos queimados juntos com as matas ou vencidos pelos agrotóxicos; as epidemias, debeladas ou mudaram de nome; as estradas, consertadas, asfaltadas. Novas geadas ocorreram em outros anos queimando milhões de pés de café, abalando a economia da região, que foi diversificando suas atividades com o plantio de culturas mais resistentes às geadas. Enfim, os colonizadores venceram todas as condições adversas, domaram o sertão e povoaram o mapa vazio (MOTA, 2009, p.71 Grifos do autor).

Contrariando essa concepção de vazio demográfico, Mota e Novak (2008) e Mota (2009), apresentam vasta documentação e literatura que reafirmam a existência de populações nesse território. O território paranaense tem sido continuamente habitado por diferentes populações humanas desde 8.000 anos antes do presente, populações denominadas “caçadores e coletores pré-históricos” (MOTA, 2009, p.78), ou ainda caçadores e coletores pré-cerâmicos (MOTA & NOVAK, 2008, p.20). Explicando esse período de ocupação pré-histórica do Paraná, Tommasino (1995, p.44) evidencia que “os estudos arqueológicos no Paraná utilizaram o enfoque difusionista seguindo a linha histórico-culturalista.” A autora explica que, da “sistematização do material coletado os arqueólogos elaboraram uma tipologia baseada em tradições” (Idem, p.44), e apresenta essas populações que ocuparam esse território como “não-ceramistas e ceramistas”.

Uma informação importante apresentada pela autora sobre as tradições dos caçadores-coletores não-ceramistas, a Tradição Umbú e a Tradição Humaitá, é que essas “duas tradições possuem datações recentes que demonstram sua longa duração assim como sua convivência com os ascendentes dos Kaingáng, Xoklém e Guarani.” (Ibid., p.44). Tratando em seu estudo dentre outros objetivos de “elucidar aspectos da história indígena do Paraná, assim como revelar a dinâmica sociocultural Kaingáng de meados do século passado até o presente”, Tommasino (1995, p.12) elenca estudos que evidenciam que a emigração Kaingang em direção ao sul teria iniciado há três mil anos se estabelecendo na região do atual estado de São Paulo, e aponta que,

Dois fatos relativos aos Kaingáng chamam a nossa atenção ainda hoje: a sua dispersão num vasto espaço geográfico que vai do Estado de São Paulo até o Rio Grande do Sul e à Província de Misiones na Argentina, e o fato de talvez constituírem, a etnia indígena brasileira de maior contingente populacional (Idem, p. 53).

Entre os fatores que contribuíram para essa dispersão rumo às terras do sul se encontram as guerras com outras etnias e também a chegada dos colonizadores europeus (TOMMASINO, 1995, p.55; MOTA, 2009, p.84). Comentando a chegada dos europeus ao continente, Mota (2009) menciona que,

no início do século XVI o território começa a ser cruzado, vasculhado por inúmeras expedições de reconhecimento, viajantes, aventureiros à caça de ouro e pedras preciosas, bandeirantes paulistas caçadores de índios, padres jesuítas catequisadores de “selvagens” (Idem, p.87).

No século XVII foram intensas as ações dos europeus no território paranaense, conhecido naquele momento como território do Guairá, expedições bandeirantes

buscavam aprisionar índios para levá-los como mão-de-obra escrava nas fazendas paulistas, os padres jesuítas que buscavam inculcar os valores da sociedade invasora junto às populações indígenas desses territórios. Para um possível entendimento dos fatos ocorridos entre os acordos, as alianças e guerras, Mota e Novak, apontam, que “deve-se considerar os grupos conquistadores europeus e seus interesses localizados, bem como os Guarani e os Kaingang, que eram inimigos e que, estrategicamente, estabeleceram alianças com os conquistadores” (2008, p.17).

Ao longo do século seguinte, os Kaingang conseguiram algumas vitórias e expulsões dos colonizadores que buscam ocupar seus territórios. Mota e Novak (2008) mencionam onze expedições do tenente-coronel Afonso Botelho entre 1768 a 1774, que intentaram ocupar os campos de Guarapuava, e fracassaram expulsos pelos Kaingang. “A resistência Kaingang retardou a ocupação dos Koran-bang-rê por quase quarenta anos. Somente em 1810 é que novas tentativas de ocupação foram feitas nesses territórios” (Idem, p. 61). O governo do império tinha como objetivo a ocupação destes territórios e a fundação de prósperas fazendas de gado. Dessa forma o militar Diogo Pinto de Azevedo é convocado para tomar os campos de Guarapuava e manter os Kaingang afastados das fazendas de gado, e em 1810 ele consegue tal feito (Ibid., p.63; MOTA, 2009,p. 97), abrindo oportunidades para a colonização dos Campos de Palmas ao sul.

A resistência Kaingang se coloca frente aos objetivos colonizadores, cujos documentos relatam desde propostas de guerra, miscigenação com a população branca, e ainda a catequese e civilização (Mota & Novak, 2008, p.65). As lutas e resistências Kaingang ocorrem em todo o Paraná, na região dos Campos Gerais e também em outras partes da quinta comarca de Curitiba (MOTA, 2009, p.161). Assim as populações indígenas vendo-se incapazes de expulsar os invasores por meio da resistência armada, ou lutas, mudaram sua estratégia e passaram exigir do governo do estado à demarcação de terras, e a garantia de salvaguardar alguns de seus territórios. Esse processo segue o curso da metade final do século XIX e posteriormente ao longo XX, mas ainda marcado também por lutas, resistência e reivindicações políticas.

Dentre as estratégias agora usadas, e apontadas por Mota (2009), faz-se importante mencionar uma carta reproduzida por Hebert Baldus, datada de 1933 e escrita pelos chefes Kaingang endereçada à comissão de proteção aos índios, e aos

órgãos competentes. Nessa carta os chefes expõem o conflito entre índios e fazendeiros, denunciam o subdelegado Caetano Ferras, aliado de criminosos que tentam tomar suas terras, e caçar o índio Avelino que sabe escrever. “Esta carta é mais uma demonstração de que os índios continuavam a lutar e a defender o que sobrou de suas terras” (Idem, p.228).

Após esta breve explicação da história do contato e das lutas dos Kaingang pela demarcação de suas terras, apontaremos, a partir deste momento, dados levantados sobre a Terra Indígena (T.I.) Boa Vista, local onde vivem atualmente moradores Kaingang, e que em meio a luta por conseguir a demarcação de seu território, empreende a tentativa de retomar costumes antigos referentes à própria cultura, e buscam implementar uma nova forma de liderança dentro da aldeia, juntamente com a organização da escola.

Para que possamos entender a organização Kaingang e suas relações com a sociedade envolvente, julgamos ser essencial o entendimento da sociedade capitalista e das suas formas de produção, o que nos permite entender os elementos que se formam dentro desta sociedade e contribuem para a sua reprodução. O método, ou a concepção histórica, fundada por Marx e Engels consiste em entender os fenômenos a partir de sua totalidade, nas palavras dos autores:

Essa concepção de história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja representada em sua totalidade. (MARX; ENGELS, 2007, p.42)

Essa compreensão da totalidade dos fenômenos, de suas relações com as formas de produção material da vida, das relações do homem com a natureza e com outros homens, é o que permite a explicação marxiana da história. A relação dos homens com outros homens, ainda na concepção dos autores de *A ideologia alemã*, revela a forma como os homens constroem e são construídos pela história, a

[...] relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por

um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias (MARX; ENGELS, 2007, p.43).

Os pressupostos de Marx e Engels permitiram que Vygotski em seu tempo pretendesse superar a “velha psicologia”, objetivando superar a dicotomia corpo-mente (Tuleski, 2008, p.81). Com as contribuições de A. R. Luria e de A. Leontiev, num contexto de ordem econômico-sociais, que ocorreram na Rússia em fins do século XIX e início do século XX, estão dadas as condições materiais para a construção da Teoria Histórico-Cultural, uma nova explicação do desenvolvimento humano tendo como fundamento a compreensão marxista.

Partindo desses pressupostos faremos um relato de observações coletadas na Terra Indígena Boa Vista, e alguns possíveis apontamentos e relações destas com a sociedade envolvente. Os dados aqui apresentados foram coletados em viagem de campo realizada em setembro de 2010, a pesquisa faz parte do projeto **Avaliação Socioeducacional, Linguística e do Bilinguismo nas Escolas Indígenas Kaingang do Território Etnoeducacional – Planalto Meridional Brasileiro**, institucionalizado na Universidade Estadual de Maringá, sob o número de processo, 4708/2010, e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

DESCRIÇÃO DA TERRA INDÍGENA BOA VISTA

A Terra Indígena Boa Vista localiza-se no município de Laranjeiras do Sul, na região Centro Sul paranaense. Atualmente tem delimitada uma superfície de 7.344 ha. A região da Terra Indígena Boa Vista é uma área tradicional Kaingang. Até 1962 havia um posto onde viviam famílias indígenas, que foram retiradas para que as terras fossem vendidas a fazendeiros e pequenos proprietários. Esse lugar é denominado pelos habitantes de Posto Velho, e hoje é ocupado pela sede de uma fazenda.



Figura 1: Aspecto das casas na Terra Indígena Boa Vista. Foto: Vanessa de S. Lança, 27/09/2010, pesquisadora participante do projeto.

Em 1985 algumas famílias que viviam em Rio das Cobras, uma Terra Indígena localizada no município vizinho de Nova Laranjeiras, mas cujos ancestrais criaram-se em Boa Vista, decidiram reocupar a região, iniciando-se então um longo processo de conflito entre os proprietários das terras e os indígenas. A demarcação e a legitimação como área tradicional só foram possíveis através de estudos arqueológicos que revelaram à sociedade envolvente a existência de um cemitério Kaingang antigo que, no entanto, é impedido de ser reapropriado pelos indígenas por encontrar-se dentro da área da fazenda que ocupa o antigo Posto Velho. A população Kaingang que agora vive em Boa Vista, em sua maioria, é originária da T. I. Rio das Cobras.

A Terra Indígena Boa Vista, portanto, ainda encontra-se em litígio. A comunidade aguarda a “desintrusão” de mais de 13 famílias de pequenos proprietários que, por sua vez, devem ser indenizados pelo Estado. A ocupação da maior parte das terras por fazendas e sítios aglutinou a população indígena em uma estreita área delimitada por cercas de arame, que impedem a comunidade de cultivar roças ou criar animais (além de galinhas) por falta de espaço.

Localizada no Terceiro Planalto, também conhecido como Planalto de Guarapuava, a T. I. Boa Vista apresenta relevo recortado com altitudes que variam de 800 a 900 metros. A vegetação é composta de Floresta Ombrófila Mista onde encontramos alguns exemplares de Araucária (*Araucaria Angustifolia*), esparsos entre os campos formados pelas áreas de agricultura e pastagem.

A rede hidrográfica da T. I. Boa Vista é composta pelos rios das Três Cachoeiras e Baguá, que a cortam de Sul para Norte, o primeiro desembocando no rio Barreiro e o segundo no rio Cinco Voltas, que por sua vez, juntamente com o Arroio dos Quatis ao Leste, servem de delimitação da área, sendo que os dois desembocam no rio do Tigre, já fora da área demarcada, e este no rio do Cobre.

Atualmente moram na T. I. Boa Vista aproximadamente 122 pessoas da etnia Kaingang e um homem Guarani casado com mulher Kaingang. Também vive, na sede da aldeia, uma família de brancos agricultores que aguarda a resolução dos problemas com a terra para poder retirar-se da área indígena.¹ Todas as casas são de madeira, sapé

¹ Informações de 27/09/2010.

ou barracas de lona. Em muitas dessas casas moram mais de uma ou duas famílias. São os próprios moradores que constroem suas casas. A maioria possui rede elétrica e água encanada instalada pela FUNASA.

Todos os moradores falam a língua materna e somente os mais idosos têm dificuldades com a língua portuguesa. Inclusive faz parte da política da nova liderança indígena da comunidade, a exigência do conhecimento e uso da língua nativa na aldeia e também como fator para aceitar ou não pessoas que queiram se transferir de outras Terras Indígenas para Koho-Mu – Boa Vista.

A SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS MORADORES DA T.I. BOA VISTA

A economia dos moradores da T. I. Boa Vista é bem debilitada pela falta de espaço para o plantio de roças, de matas mais densas onde consigam caçar e coletar, o que exige que comprem os alimentos necessários a sua sobrevivência. No entanto, mantém aspectos da economia tradicional como a pesca e a coleta de pinhão e de ervas medicinais, além da produção artesanal.

A Pesca, as coletas e a produção artesanal

Segundo informações de membros da comunidade, sempre que possível os indígenas pescam nos rios Três Cachoeiras (*Goj Tej*), Verde e, principalmente, no rio do Cobre (*Goj Pág*), onde algumas vezes as famílias passam mais de uma semana acampadas. As espécies encontradas são pequenos bagres, traíras e lambaris, entre outros. No rio do Cobre ainda pescam com *pari* – armadilha tradicional – e também com cipó (cipó bananeira de mico e/ou criciúma), como nos foi relatado pelo Sr. L. C.²

Durante a temporada do outono, os moradores da T. I. Boa Vista, fazem a coleta do pinhão, nos poucos pinheiros que restaram próximos à sede da T. I. Como a coleta não é muita, esta é consumida entre as famílias e não chega a constituir-se como um item a ser comercializado.

Para acender e manter o fogo em suas casas, os Kaingang coletam lenha que encontram no mato próximo a aldeia. Essa também é uma atividade de subsistência e o material coletado não é comercializado.

² Optamos por utilizar somente as iniciais dos nomes dos informantes nos relatos aqui apresentados.

A planta conhecida como samambaiçu (*Dicksonia selowiana*) ocorre em alguns pontos da área da T. I. próximos ao Rio das Três Cachoeiras. Do tronco dessa planta é retirado o xaxim, que os indígenas comercializam na região, sendo uma fonte de renda para as famílias.

Dentre as diferentes coletas, a de ervas medicinais também se faz presente, mesmo existindo um pequeno posto da Funasa na T. I. ainda é utilizando o sistema de saúde na cidade mais próxima. Em Boa Vista existe um Kuiã, um rezador, e pessoas mais idosas que conhecem e utilizam remédios com ervas medicinais. As ervas são coletadas no mato que circunda a sede da T. I.

A Produção artesanal e a utilização da Taquara

A maioria das famílias produz artesanato para ser comercializado em Laranjeiras do Sul e outras cidades da região, até mesmo em Guarapuava. A matéria-prima das cestarias, a taquara (*Bambusa Vulgaris*), encontra-se num ponto que ainda pertence a uma fazenda e as famílias têm que pedir permissão para fazer sua coleta.

O artesanato é a maior fonte de renda das famílias da T. I. Boa Vista, e com o dinheiro arrecadado compram a maioria dos alimentos e itens de suas necessidades.

Renda de aposentadorias

Outra renda existente entre os moradores, como parte da renda das famílias advém das aposentadorias dos idosos. Essa é uma renda importante na manutenção das famílias porque ela não está sujeita a variações climáticas ou preço dos produtos comercializados, ela é uma renda fixa recebida todo mês que garante uma margem de segurança econômica para as famílias dos aposentados. Não tivemos acesso ao número exato de aposentados, mas não devem ser muitos, pois a maioria da população é composta por jovens.

Renda proporcionada por salários fixos

Em Boa Vista existem 8 trabalhadores entre homens e mulheres que exercem atividades remuneradas fixas dentro da T. I. Estão empregadas em atividades que prestam serviços as agências do governo, assim distribuídos:

Agencia governamental empregadora	Número de empregos
--	---------------------------

FUNAI	01
FUNASA	02
SEED – Paraná	05
Total	08

Além desses, alguns moradores (principalmente os jovens) conseguem emprego na cidade em estabelecimentos comerciais.

A EDUCAÇÃO NA TERRA INDÍGENA KOHÓ-MÛ – BOA VISTA

A Escola Estadual Indígena José Olíbio Kógmũ atende crianças do Pré-escolar até a 4ª série. A escola foi construída pelos próprios indígenas em 2009, ano que foi liberada a funcionar, e no início de 2010 iniciou suas atividades. A pré-escola e a 1ª e 2ª série (sala multisseriada) têm suas aulas durante a tarde. De manhã é o período da 3ª e 4ª série (também sala multisseriada).

Série	Nº de alunos	Período
Pré-escola	10	Tarde
1ª e 2ª (multisseriada)	13	Tarde
3ª e 4ª (multisseriada)	12	Manhã
Total de alunos da Pré-escola até a 4ª série	35	

O quadro de pessoal é formado por quatro professoras indígenas, sendo que duas estão de licença maternidade e suas aulas foram assumidas pelas outras duas professoras substitutas, uma auxiliar geral/merendeira indígena, uma auxiliar administrativa não-índia, uma pedagoga não-índia e uma diretora também não indígena.

Todas as professoras possuem o magistério indígena e dão as aulas em Kaingang. O material utilizado é o fornecido pelo Estado. As professoras relataram estar planejando a nova Proposta Político Pedagógica da escola.

O espaço físico é composto por duas pequenas salas de aula, uma cozinha e uma sala que funciona como secretaria e sala dos professores. O banheiro que as crianças utilizam fica ao lado da escola.

A partir da 5ª até a 8ª série os alunos estudam na escola do distrito de Passo Liso e o Ensino Médio em Laranjeiras do Sul. De 5ª a 8ª são 8 alunos e no Ensino Médio são 4 (três no 1º ano e um no 3º). Todos os dias um ônibus da Prefeitura passa às 5:30 da manhã para buscar esses alunos, sendo que os alunos que vão até Laranjeiras têm que pegar outro ônibus em Passo Liso.



Figura 15: Escola Estadual Indígena José Olívio Kógmũ. Foto: Vanessa de S. Lança, 27/09/2010 pesquisadora participante do projeto.

A diretora conseguiu uma doação de três computadores para a escola, além do fogão industrial, do freezer e de uma mesa; a pia da cozinha ela mesma comprou, mas ainda não conseguiram instalá-los.

A PROPOSTA DE UM NOVO SISTEMA DE LIDERANÇA

O sistema de organização da liderança na T. I. Boa Vista é diferente das demais T. I. Kaingang no Paraná. Segundo informações do cacique Sr. N. K. R. O., ele e os demais membros da liderança, conjuntamente com a comunidade, decidiram por abolir o sistema que instituía o cacique como liderança máxima, sucedido por uma série de “cargos” denominados muitas vezes de “polícias”, “cabos”, etc. Agora eles possuem, além do cacique, quatro “vice-caciques” que atuam como conselheiros e representantes de setores da comunidade, quais sejam, o Conselho dos Jovens, das Mulheres, dos Pais e dos Velhos.

Este sistema está em vigor há aproximadamente quatro meses³ e vem recebendo uma avaliação positiva da comunidade e da liderança. De acordo com L. T. (Conselho dos Jovens), dessa forma a liderança tem “mais amizade com a comunidade”, pois os conselheiros se reúnem periodicamente com os segmentos que representam e

³ Os relatos foram coletados em Setembro de 2010, o tempo aproximado de duração desse sistema remontaria ao período do mês de Maio do referido ano.

discutem suas pautas, levando-as ao conselho geral que também se reúne periodicamente na escola. Além disso, também é função dos “vice-caciques” resolverem pequenos problemas da comunidade, como brigas, desentendimentos, etc., de forma que ao cacique fique a responsabilidade por problemas administrativos e de ordem mais geral. Nas palavras do Cacique N. K. R. O., “eles chamam a atenção de uma família, penalizam uma pessoa que às vezes infringe uma norma interna, então isso fica na mão da liderança, o cacique só acompanha, eles têm autonomia de definir ordem na aldeia, então essa é uma organização diferente.”

Uma das metas da então nova liderança era a construção de um regimento interno da aldeia, o qual deverá ser obedecido para que se possa morar ali, inclusive os indígenas que entrarem na aldeia depois terão de seguir esse regimento.

Segundo o Cacique N. K. R. O., um dos objetivos desta gestão é fazer a revitalização da cultura e esse é, diz ele, “o papel dos mais velhos no conselho, eles vão chamando a atenção...olha estão esquecendo a identidade aqui precisa reforçar aqui[...]”, para tanto o Cacique diz que pretendem “ter um centro cultural, onde a gente vai ter a história, sentar e pesquisar vai nos museus aqui do Paraná, vai no museu nacional, em Brasília e trazer todo o material, o modo de vestimenta, o modo de cultura, o modo do armamento, os esportes tradicionais Kaingang e a partir dali vamos criar dentro desse artes (disciplina) que o sistema educacional propôs, nós vamos ter o esporte normal.” Aqui se torna importante o papel da escola nessa proposta de revitalização cultural, sendo ela a referência para a revitalização dos modos de vestir, de se armar, dos esportes, enfim do modo de ser Kaingang revitalizado.

CONCLUSÕES

As lutas e ocupações no território paranaense, especificamente nos campos de Guarapuava onde se localiza a Terra Indígena Boa Vista, refletem um momento de expansão territorial capitalista, conforme afirma Mota (2009, p.284),

[...] o capitalismo estava produzindo um novo espaço geográfico propício à sua atuação e diferente do espaço tradicional das comunidades indígenas. Os campos de Guarapuava, o norte e oeste do Paraná passam a ser usados para a produção de mercadorias e acumulação de riquezas.

As diferentes formas de resistência e luta, permitiram a alguns dos povos indígenas assegurar alguns de seus antigos territórios, segundo as conclusões de Tommasino,

A história Kaingáng no Estado do Paraná não foi diferente da que ocorreu em outras sociedades indígenas no Brasil. A experiência da dominação exercida pelos conquistadores teve suas particularidades regionais e locais mas, em essência, foram experiências de expropriação territorial, confinamento, repressão contra seus costumes, crenças e tradições (1995, p.318).

As falas do Cacique de Boa Vista mencionam a oportunidade de utilizar uma disciplina escolar para a reorganização da cultura, o que podemos relacionar com as políticas públicas para a educação escolar indígena. Examinando as políticas de educação que se reestruturaram na década de 1990, Faustino (2006) conclui que, é o “principal objetivo divulgar um discurso de respeito à diferença e de alívio da pobreza entre as minorias étnicas, “consideradas as mais pobres entre os pobres”, por meio da ênfase na cultura.” Nesse sentido, ainda segundo a autora, à escola é atribuída a tarefa de resolver os “problemas vividos pelos povos indígenas que, contudo, não foram produzidos pela escola e certamente não cabe a ela resolver” (FAUSTINO, 2006, p. 300).

Com esse entendimento, é interessante notar a relação da organização da liderança em torno da escola, o espaço de reuniões, a importância de estar sempre se reunindo para tomar decisões, o espaço escolar como referência, isso nos leva a alguns questionamentos: Como se estabeleceu esse novo modelo de liderança? Usarem a escola como local de decisões e reuniões tem relação com a constituição desse novo modelo? Pode isso ser revelado pela utilização de disciplina escolar como forma de sistematizar a cultura?

Concluimos ser necessário o acompanhamento dessa nova organização de liderança, as relações desse modelo com os modelos de outras aldeias Kaingang. Os resultados gerados para a comunidade, e como esta se comporta diante desse novo modelo. Entender as relações que o contato com a sociedade do entorno, e as relações com a sociedade brasileira e a sociedade humana, e como contribuiriam essas relações para essa nova reorganização. Entender como e se o acesso ao conhecimento humano acumulado, sistematizado e ensinado pela escola pôde contribuir para a construção desse novo modelo.

REFERÊNCIAS

FAUSTINO, Rosangela Célia. **Política educacional nos anos de 1990**: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006. 330 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOVAK, Éder da Silva. **Os Kaingang do vale do rio Ivaí**: história e relações interculturais. Maringá: Eduem, 2008.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). 2.ed. Maringá: Eduem, 2009.

TOMMASINO, K. **A historia dos Kaingang da Bacia do Tibagi**: uma sociedade Je Meridional em movimento. Tese de Doutorado. Departamento de Antropologia. Universidade de Sao Paulo. São Paulo, 1995.

TULESKI, Silvana Calvo. **Vygotski**: a construção de uma psicologia marxista. 2.ed. Maringá : Eduem, 2008.